



1
2
3 **ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE GESTÃO DE**
4 **FLORESTAS PÚBLICAS**
5
6

7 Às 09h00, do dia 28 de maio de 2019, no Edifício do CENAFLORE, na Sede do Serviço Florestal
8 Brasileiro, em Brasília, Distrito Federal, de constatado o quórum, deu-se início à 36ª Reunião Ordinária da
9 Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Eduardo Serra Negra Camerini, Secretário
10 de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Valdir Colatto, Diretor-Geral do Serviço
11 Florestal Brasileiro (MAPA), Presidente Substituto da Comissão.
12

13 Estiveram presentes os membros: Eduardo Serra Negra Camerini (Ministério do Meio Ambiente-
14 MMA), Valdir Colatto (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Edson Junqueira Leite (Ministério da Agricultura,
15 Pecuária e Abastecimento – MAPA), Capitão-de-Mar-e-Guerra Rogério de Oliveira Gonçalves (Ministério da
16 Defesa – MD), João Pignataro Pereira (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior –
17 MDIC), Raquel de Oliveira Alves (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Gustavo
18 Bediaga de Oliveira (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA),
19 Ruberval Lopes da Silva (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), Bruno Machado
20 Teles Walter (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA), Mário Augusto de Campos
21 Cardoso (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira
22 (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Evandro Jose Mahulbauer (Confederação Nacional das
23 Indústrias – CNI), Renata Medeiros dos Santos (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Luiz Carlos
24 José de Queiroz (Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da
25 Madeira – CONTICOM), Antoninho Rovaris (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais - CONTAG),
26 Manuel Amaral Neto (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o
27 Desenvolvimento - FBOMS), Leonardo Martins Sobral (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos
28 Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS), Maria Jocicleide Lima de Aguiar (Fórum
29 Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - FBOMS), e Humberto Ângelo (Sociedade Brasileira para o
30 Progresso da Ciência – SBPC), Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira (Ministério da Ciência, Tecnologia,
31 Inovações e Comunicações – MCTIC).

32

33 Também estiveram presentes os seguintes representantes do Serviço Florestal Brasileiro – SFB: Jaine
34 Ariely Cubas Davet, Joberto Veloso Freitas, Paulo Henrique Marostegan e Carneiro, Cristina Galvão Alves e
35 José Humberto Chaves.

36

37 **O SR. EDUARDO SERRA NEGRA CAMERINI** (Presidente da Comissão e Secretário de Biodiversidade
38 do Ministério do Meio Ambiente – SBIO/MMA) – Presidindo os trabalhos, cumprimenta todos e confirma o
39 quórum. Solicita que todos se apresentem. Dá início aos trabalhos deixando em aberto a apresentação de
40 sugestões ou correções em relação a ata da 34ª Reunião Ordinária da CGFLOP. Informa a todos que não poderá
41 presidir a reunião toda por motivos de outras agendas e passa a presidência da Reunião para o Vice-Presidente,
42 Valdir Colatto.

43 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Presidindo os trabalhos,
44 cumprimenta todos e em especial ao Sr. Brigadeiro Eduardo Serra Negra Camerini, que não poderá presidir a
45 reunião de hoje mas que esteve presente para abertura desta e confirma o quórum. Dá início aos trabalhos
46 deixando em aberto para apresentação de sugestões ou correções em relação a ata da 34ª Reunião Ordinária da
47 CGFLOP uma vez que não houve a 35ª Reunião. Não havendo, considera aprovada a ata da 34ª Reunião da
48 CGFLOP. Solicita, em seguida, a apresentação do primeiro tema de pauta.

49

50 **1º TEMA DE PAUTA: Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF/2020**

51 **A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES** (Gerente-Executiva de Concessões Florestais/SFB) – Realiza a
52 apresentação do 1º Tema de Pauta, sobre o PAOF 2020.

53 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Agradece a apresentação
54 e informa que será distribuídos o livreto do PAOF síntese de 2019 e que informa que são 15 áreas que estarão
55 sob análise no PAOF 2020. Passa para os questionamentos.

56 **O SR. MARIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO** (CNI) – Verificou que tem duas áreas que foram
57 passadas incluídas para a concessão dentro do PAOF que são as de Santa Catarina e São Paulo, ambas com um
58 perfil muito diferenciado em relação aos demais em relação a modelagem da concessão. Pergunta se já foi
59 realizada a avaliação do edital, porque os planos de manejo são outra realidade muito distante daquele das
60 concessões que já tem hoje funcionando. Gostraria de saber se o SFB já repensou sobre o edital, o contrato,
61 tudo para atender à aquela situação específica com povoamentos florestais de espécies exóticas, totalmente
62 diferente do que já se tem feito habitualmente. Questiona também sobre a questão da acessibilidade, de incluir
63 as pequenas empresas, tendo em vista que foi observado nas primeiras concessões uma dificuldade muito
64 grande de se manter no mercado das áreas (UMF) menores, tendo em vista viabilidade econômica dos projetos,
65 que talvez seja a grande questão, que é um aprendizado desde o início das concessões até hoje. Se a questão da

66 viabilidade econômica dos projetos tem que ser sempre considera.

67 **A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES** (Gerente-Executiva de Concessões Florestais/SFB) – Informa que
68 não foi iniciada ainda a construção dos editais de Três Barras e de Capão Bonito. Algumas pessoas da equipe
69 já estão analisando os planos de manejo destas Flonas e num primeiro momento o SFB vai realizar estudos
70 prévios, ou seja, verificar em que condições, de que forma, quais seriam o caminho, a estratégia para incorporar
71 esta realidade das Florestas Nacionais menores com povoamentos de espécies exóticas e áreas de nativas
72 plantadas num processo de concessão florestal. Então, será um primeiro experimento com bastante inovação.
73 Em relação ao pequeno, não é que o critério tamanho vem antes do critério viabilidade econômica das
74 concessões, esta é uma prerrogativa, uma necessidade de ter categorias de tamanho e pensar na escala do
75 pequeno, por isso foi considerado na proposta do PAOF a UMF pequena de 40.000 hectares. Então, o que
76 poderá ser discutido é se esse tamanho de Unidade de Manejo Florestal - UMF é pequeno para a Amazônia e
77 qual seria o tamanho que traz a viabilidade econômica mínima. Sabendo, porém, que 40.000 hectares, talvez
78 não seja tão pequeno assim e que temos que considerar as condições de acesso que existem. Porque áreas
79 menores, menos remotas, mais próximas a centros onde já existe alguma estrutura de indústria podem ter
80 viabilidade econômica e considerar o grau de agregação de valor que consegue para essa madeira. Então,
81 realmente, se olhar 40.000 hectares pensando só em vender uma madeira serrada, um processamento mecânico,
82 realmente, é mais difícil de você conseguir recuperar todos os gastos da exploração. Então, tem que olhar dos
83 dois lados, um não exclui o outro, devemos pensar de que forma as concessões induzam a construção de clusters
84 industriais, trazendo um conjunto de investimentos florestais que visem uma melhor agregação de valor e
85 diminuição dos custos, principalmente de acesso a mercado e acesso à floresta. Porque um dos grandes custos
86 das concessões florestais é acessar as florestas, que muitas vezes são remotas na Amazônia, e depois acessar o
87 mercado, porque as distâncias são enormes. Então, o SFB tem esse olhar conjunto de tamanho da unidade, a
88 possibilidade de acesso pensando em minimização de custos e também essa questão de agregação de valor,
89 sobretudo pensando em fomentar com as concessões florestais a formação de clusters industriais, porque é
90 muito difícil ter uma atividade verticalizada e que quando chega na indústria, não pensar só na madeira serrada,
91 pensar em laminados, em pisos, em outros processamentos da madeira que começam a ter uma expressividade
92 muito grande, bastante diferente de quem é o especialista em produzir madeira em tora com baixo impacto na
93 floresta. Então, o SFB tem esse olhar como as concessões podem ser um instrumento real de política pública
94 que traga o desenvolvimento da indústria.

95 **O SR. PAULO HENRIQUE CARNEIRO** - (Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento/SFB) –
96 Cumprimenta a todos e esclarece que a modelagem dos contratos de concessão das florestas nacionais do sul
97 é totalmente diferente da atualmente realizada para as florestas públicas do norte e essa é a principal
98 dificuldade de se trabalhar com as concessões nas florestas nacionais do sul. Os planos de manejo dessas
99 unidades estabelecem que os plantios realizados com espécies exóticas teriam que ser explorados e substituídos

100 por um plantio de espécies nativas, para uma recuperação da área com nativa. Então, a estratégia que o SFB
101 está desenvolvendo é lançar mão de um instrumento que até agora não foi utilizado pelo SFB, mas o ICMBio
102 já usou em alguns casos que é um chamamento público chamado de Procedimento de Manifestação de Interesse
103 - PMI, onde se estabelece algumas regras e recebe da sociedade propostas de modelagem, então, a expectativa
104 é que se consiga lançar esse PMI de Três Barras no começo do segundo semestre e receba as propostas e
105 analize. Diz que esse mecanismo prevê que a pessoa que faz o projeto, depois receba o ressarcimento dos
106 custos, do vencedor da licitação. Então, é uma situação bastante diferente, porque estas florestas nacionais tem
107 um estoque de madeira grande, um altíssimo valor agregado, as estimativas do plano de manejo, no caso da
108 FLONA de Três Barras, são de mais de 100 (cem) milhões de reais de arrecadação visto o estoque e o preço
109 da madeira de Pinus no Sul, mas nós temos que garantir que isso a recuperação da área posteriormente. Então,
110 o SFB terá a experiência com essas duas florestas nacionais e já existem demandas de outras florestas nacionais
111 do Sul de fazer parte desse mecanismo. Fala que a FLONA Chapecó tem uma demanda local, que será analisada
112 para ver como será atendida. Diz que o ICMBio trata essas unidades com venda direta de madeira, então, uma
113 área pequena demais e em que não é viável fazer concessão florestal, ele oferta através de um leilão no mercado.
114 O problema desse modelo é recuperar a área depois de vender a madeira, normalmente não se tem orçamento
115 para replantar área. Só um outro esclarecimento, foi falado das ações civis públicas. Hoje o SFB tem
116 impedimento legal de continuar uma licitação na Floresta Nacional do Crepori, então, tem uma liminar que
117 bloqueou uma licitação do SFB e tem uma decisão judicial que impede a continuidade do processo de consulta
118 pública na Flona de Itaituba I e na Flona de Itaituba II. Esses são os movimentos que está se fazendo junto com
119 a assessoria jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para tentar equacionar
120 essas duas questões, tocar esses processos de concessão para frente. Fala que as ações têm relação com a
121 proximidade das áreas como a terra indígena Munduruku. Então foi questionado pelo Ministério Público
122 Federal a possível influência negativa da concessão florestal nessa terra indígena e na sobreposição de possíveis
123 populações tradicionais, principalmente na Flona Crepori aí no caso. Na Flona Itaituba I e II, existe uma
124 proposta de ampliação da terra indígena Munduruku, então, em função dessas questões liminarmente o
125 judiciário entendeu como necessária a paralisação do processo, que foi proposto pelo SFB um acordo para
126 tentar destravar essas duas concessões.

127 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA (IBAMA)** – Fala que visitou algumas Flonas no Sul e tem
128 muita araucária plantada também muito antiga. Diz que chegou a visitar um plantio de 1950 e a curva de
129 crescimento dela já está estabilizada há muito tempo, está muito adensado, até o manejo serviria para melhorar
130 o povoamento. Questiona se o SFB tem alguma discussão sobre a exploração da araucária dentro de Flona, se
131 tem alguma perspectiva de exploração destes povoamentos de Araucária plantada.

132 **O SR. PAULO HENRIQUE CARNEIRO** - (Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento/SFB) –
133 Responde que o SFB segue o Plano de manejo na unidade. O Plano de manejo da Floresta Nacional de Três

134 Barras considera passível de manejar uma área de 600 (seiscentos) hectares de araucária plantada. Então, dentro
135 dessa proposta, desse procedimento de manifestação de interesse, estará aberta a possibilidade de receber
136 sugestões para o manejo desses 600 (seiscentos) hectares de araucária plantados. Fala durante o processo de
137 consulta pública prévio a concessão e toda a discussão vai ajudar a definir se haverá incorporação dessas áreas
138 dentro dessa concessão ou não.

139 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Só para colaborar nessa
140 questão da araucaria diz que tem uma demanda muito forte da araucária em áreas privadas também, como está
141 o Gustavo Bediaga falou a respeito do adensamento da araucária e o crescimento que sem manejo ela não
142 desenvolve e acaba perdendo muitas variedades. Então, existe um trabalho muito forte da Embrapa Floresta
143 em Colombo e da Universidade Estadual de Santa Catarina, que está fazendo estudos e tem experiência de 20
144 anos no manejo da araucaria, demonstrando a perda de madeira muito grande onde há adensamento. O
145 problema é que araucaria está na lista das espécies em extinção. Então, já foi pedido um estudo em cima dessa
146 questão do manejo da araucaria. Fala que existe essa discussão, se nós tivéssemos incentivando o plantio da
147 araucária, hoje nós teríamos uma floresta muito importante e é isso que a Embrapa está tentando demonstrar,
148 que bem conduzida e bem remanejada a araucária cresce tanto quanto Pinus. Então, talvez se tivéssemos optado
149 pela araucária, não pelo Pinus, teríamos hoje uma floresta enorme de araucária com uma madeira nobre, por
150 isso há o interesse de fazer esse estudo e trabalhar para ver se entra nesse processo, nessas Flonas que são do
151 sul, sudeste, fora da Amazônia. Ressalta que florestas plantadas que hoje tenha que ser feito o manejo, retiradas
152 há muita perda de madeira, inclusive uma pressão para que, principalmente as exóticas sejam retiradas em
153 detrimento as nativas que passam a não regenerar as áreas. Temos que pensar o processo. Diz que o SFB está
154 empenhado em ter dois projetos, um das flonas que é principalmente na região norte, as florestas que estão
155 listadas, mas também um projeto para as Flonas de áreas plantadas, para ver como é vai se desenvolver, como
156 buscar a saída. Agora, essas Flonas não podemos levar para o mesmo sistema das concessões do Norte, porque
157 a burocracia, a dificuldade é muito grande. Então, se buscará uma outra forma na Lei, alguma coisa para poder
158 viabilizar o manejo dessas áreas, essas Flonas que não estão na Amazônia. Então, a araucária está nesse
159 processo também, inclusive com um incentivo para plantio de araucária, com pesquisas muito adiantadas da
160 Embrapa que está mostrando que o crescimento da araucária, é equivalente ao do Pinus se for remanejada e
161 foi feito assim os tratamentos culturais que precisam ser feito.

162 **A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES** (Gerente-Executiva de Concessões Florestais/SFB) – Informa que
163 no documento que está disponível, o SFB cita nominalmente que todos aqueles que ainda não se pronunciaram,
164 podem contribuir, pois o SFB ainda tem até o fim da conclusão de recebimento das contribuições, a
165 possibilidade de incorporar a manifestação da Secretaria de Patrimônio da União - SPU, então antes de fechar
166 a versão final ainda existirá uma última rodada de contatos solicitando a manifestação. Diz que no momento o
167 SFB está na fase de receber informações, estabelecer as áreas que podem entrar em processo de concessão e

168 após aprovado, se tem a publicação do PAOF, tem analisar cada plano de manejo de cada unidade de
169 conservação. Depois retoma o pronunciamento desses diferentes órgãos se começa a desenhar as áreas de
170 manejo florestal e olhando a infraestrutura de acesso ou qualquer outra camada de informação, como as
171 ferrovias, eventuais portos. Além disso, faz-se alguns estudos de acesso e logística, estudo de viabilidade
172 econômica que traz os valores iniciais, os preços a serem pagos pela madeira a ser ofertada e é nesse momento
173 que se estabelece toda essa descrição, então, por exemplo, no caso de ser uma floresta nacional existe
174 mineração já instalada, se analisa o zoneamento dessa unidade de conservação, retirando todas as áreas que
175 estão das zonas de mineração e eventuais planos de expansão da mineração em áreas que ainda não estão
176 definidas, excluindo também das áreas de manejo florestal, porque não se coloca em concessão toda a unidade
177 de conservação, apenas coloca-se lotes, parcela de florestas, analisando tudo. Tem alguns acessos, tem algumas
178 informações prestadas que são bastante interessantes como a proximidade de rodovias, de ferrovia, o eventual
179 uso dessa travessia e isso favorece, outros são relativamente impedimentos, por exemplo, na Flona de Itaituba
180 a proposição de uma futura terra indígena a ser delimitada não coincide com as áreas de manejo florestal, então,
181 tem que se excluir dessas, porque se sabe que existe sobreposição na área de conservação com terra indígena,
182 só que elas têm que ter uma previsão de uso não conflitante, então o que for área que vai posteriormente ser
183 delimitada uma terra, homologada uma terra indígena está fora das áreas destinadas à produção florestal. Assim
184 é compatibilizado caso a caso e não só existe nova consulta, tanto uma nova consulta pública no site e
185 audiências públicas locais que são anunciadas, onde todos possuem a possibilidade de apresentar, falar as
186 condições, explicar para ver possíveis conflitos e alinhamento de percepções sobre as concessões florestais nos
187 municípios.

188 **O SR. PAULO HENRIQUE CARNEIRO** - (Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento/SFB) – Fala
189 que considerando que o contrato é de 40 anos, tem uma certa flexibilidade para se adaptar com situações de
190 conflitos que podem aparecer durante esse período, então, ele já tem alguns mecanismos que permitem essa
191 adaptação e caso isso não seja possível a lei já prevê uma possível alteração do tamanho da UMF ou do desenho
192 da UMF, seria um dos fatores que poderia levar o SFB a fazer um reequilíbrio de contratos. Então, o SFB toma
193 esses cuidados antes do contrato acontecer, mas como ele é muito longo pode, no meio do caminho ter alguma
194 alteração e aí, se tem essas duas ferramentas para adequar.

195 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL** (FBOMS) – Parabeniza a apresentação da Sra. Cristina Galvão e
196 diz que quer manifestar uma preocupação que o FBOMS tem, principalmente com o já declarado aumento da
197 área de exploração para o PAOF 2020 comparado com o PAOF apresentado anteriormente, que foi aprovado
198 neste conselho que isso representa também desafios, esses desafios frente a um cenário, a uma conjuntura de
199 um enfraquecimento da agenda ambiental, sendo esse o primeiro aspecto que queria levantar, como é que o
200 Serviço Florestal, inclusive nessa conjuntura institucional que se encontram, como é que está se preparando
201 para encarar este cenário? E a expansão do PAOF inclusive para uma Região no Sul do Estado do Amazonas

202 foi detectada no quadro, que é uma região também muito caracterizada por conflitos. Conflito que se dá desde
203 as disputas com populações tradicionais, grileiros e posseiros, mas como também para os servidores dos órgãos
204 de controle e fiscalização ambiental, como se tem percebido e acompanhado movimentos não muito
205 interessantes naquela região e chamo a atenção aqui como uma preocupação a mais para a implementação do
206 plano. Então, fundamentalmente a gente tem a expansão, o interesse do Serviço Florestal Brasileiro em
207 expandir a área de concessão, se vê isso como aspecto positivo, mas também nessa conjuntura institucional,
208 um grande desafio. Ressalta a importância da fala do Senhor Secretário de Biodiversidade quanto a necessidade
209 de integração entre o Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, se dá mais do que necessária
210 para uma boa execução do plano. Um outro aspecto a se levantar é a ausência de uma estratégia de
211 fortalecimento e gestão das florestas públicas comunitárias no Brasil. Como se tem percebido cada vez mais a
212 crescente demanda para o manejo florestal em florestas públicas comunitárias e ainda se enfrenta aqui no SFB
213 uma ausência de uma estratégia para promover este uso, o que seriam aliados estratégicos para uma boa gestão
214 das florestas públicas no Brasil. Então, solicita que comente um pouco sobre esses dois aspectos e que assim,
215 levantasse algum encaminhamento em relação. Enfatiza que essas preocupações são conjuntas das
216 organizações que representam o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais.

217 **A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES** (Gerente-Executiva de Concessões Florestais/SFB) – Diz que está
218 há bem pouco tempo nas concessões florestais, há um mês praticamente, e tenho um histórico de ter atuado no
219 Serviço Florestal Brasileiro desde praticamente a sua criação e antes disso também, na área de manejo florestal
220 comunitário. Fala das discussões na a Diretoria de Concessão e a Diretoria-Geral do SFB para que as as
221 concessões florestais sejam consideradas como um instrumento de fomento florestal, o que seria bastante
222 oportuno nessa gestão, na implementação desse PAOF, nos próximos, que se possa olhar as concessões
223 florestais e os investimentos empresariais que serão feitos como, talvez, um alavancador, um complemento de
224 uma oportunidade de aproximação da agenda de manejo florestal empresarial e comunitária, porque existe uma
225 limitação bastante grande por parte das comunidades em acessar mercado, onde muitas vezes parte mais difícil
226 é conseguir preços justos nas madeiras produzidas. Do ponto de vista dos concessionários se tem todo um
227 arcabouço legal e até mesmo previsões contratuais de promover o desenvolvimento local, investimentos nas
228 comunidades do entorno das concessões florestais, então, o olhar agora nessa gestão é que se possa realmente
229 olhar as concessões florestais como um instrumento aliado a geração de oportunidades para desenvolvimento
230 do manejo florestal comunitário em torno das Flonas. Diz que o SFB sabe que esse não é um caminho fácil,
231 porque as áreas de manejo florestal comunitário, estão submetidas também a última agenda e priorização dos
232 órgãos responsáveis por essas políticas na escala federal, Inkra e ICMBio, mas uma possibilidade que se tem é
233 de estreitar o diálogo com essas instituições e avaliar pensar como as concessões florestais podem ser indutores
234 disso. Pensando que também, um pouco na linha da resposta do Mário, de se olhar os investimentos como
235 clusters, ou seja, para um conjunto não apenas para uma serraria, deve ser um conjunto de indústrias locais que

236 recebem madeira não só de uma concessão, mas de uma concessão e um conjunto de áreas que estejam sobre
237 o uso comunitário. Esse não é um caminho fácil, vai além das obrigações contratuais dos concessionários, além
238 dos esforços do SFB que tem como indutor das concessões florestais de fomentar via os critérios bonificadores
239 e classificatórios e das outras obrigações legais do contrato. Passa pela nossa capacidade institucional de
240 promover o diálogo com os outros entes públicos que o que possam promover não só a consolidação dessas
241 agendas de fomento comunitário, mas também o fortalecimento e a permanência das ações de fiscalização,
242 monitoramento e controle, tanto das unidades de conservação, como das outras áreas. A atuação do ICMBio e
243 do Ibama são condições, inclusive para trazer um ambiente de segurança institucional e favorável as concessões
244 florestais que é uma atividade legal. Em diferentes reuniões e fóruns que o SFB está participando com o setor
245 empresarial, sobretudo com os concessionários, tanto na escala Federal, como dos Estados, a competição entre
246 o preço, o custo da produção da madeira legal em relação a madeira ilegal, é bastante desfavorável para adoção
247 do manejo florestal de verdade, de uma exploração de impacto reduzido. Então, o SFB entende que o diálogo
248 deve ser contínuo e na linha do fortalecimento das ações, porque é uma condição para o sucesso também das
249 concessões florestais esse ambiente de combate à produção ilegal de madeira.

250 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL (FBOMS)** – Primeiro ressalta o aspecto positivo que é um sinal
251 muito importante para a sociedade, para o combate ao desmatamento na Amazônia que é constar nesse Plano
252 o aumento das áreas passíveis de serem concedidas em 2020, aumento de mais de um milhão de hectares.
253 Então, é super importante essa sinalização. Solicita um esclarecimento quando na terceira fase sobre o que
254 reduz de 17 (dezessete) milhões para 3.8 (tres milhoes e oitocentos), questiona o que falta. São basicamente
255 planos de manejo que não existem nas unidades de conservação? Solicita explicações sobre a uma redução bem
256 drástica 17 (dezessete) para 3,8 milhões. Quais são os principais limitantes que resultaram nessa redução e
257 também se o SFB tem algum Plano para poder reverter esse quadro, pensando já em 2021 e próximos anos.
258 Um segundo esclarecimento, logo em frente, consta na página 34 (trinta e quarto) que chega-se a um total de
259 3,2 milhões de hectares passíveis de serem manejados e no quadro anterior fala de 2.2. Será que foi erro ou se
260 é 3.2, se é 2.2, mas é uma diferença de um milhão de hectares. Informa que lá no final, na parte de recursos
261 financeiros previstos, pelo menos para essa versão do PAOF que foi repassado para a Comissão, não tem a
262 previsão orçamentária e não precisa nem ressaltar nesta reunião o quão importante é ter essa previsão
263 orçamentária constando dentro do PAOF, senão fica de fato, só um plano e não se consegue implementar.
264 Então, solicita saber qual é a previsão de que esse quadro seja preenchido e se a versão do PAOF com esse
265 quadro preenchido vem também para a Comissão, se vai ser disponibilizado e em qual momento. Solicita
266 informação sobre como está o lote da Flona do Jamari, que era o lote que tinha sido licitado, se o contrato foi
267 entregue. Fala que não visualizou esta área no quadro de 2019 nem no ano 2020. Pergunta se na Flona do
268 Jamanxim não tem nenhuma floresta passível de concessão. Porque não está constando no PAOF, pois é uma
269 área muito importante, sensível.

270 **O SR. PAULO HENRIQUE CARNEIRO** - (Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento/SFB) – Fala
271 que essa redução de área significativa de 17 (dezesete) milhões para 2 (dois) milhões, se dá principalmente
272 porque dentro dos 17 (dezesete) milhões estão áreas não destinadas, que na metodologia antiga que se usava,
273 elas eram excluídas anteriormente, em outra etapa do processo de filtragem. Essas áreas não destinadas
274 possuem duas questões importantes, não tem nenhuma área não destinada sobre concessão. A primeira questão
275 é uma questão legal que nós estamos encaminhando com a SPU porque de alguma maneira precisa destacar
276 essa área do patrimônio da União para o SFB para ser responsável pela concessão e estamos estudando como
277 fazer isso com a SPU e por isso nós escolhemos a gleba castanho para fazer parte desse experimento. A segunda
278 questão é que a legislação é extremamente mais exigente para a área não destinadas, do que para área destinada,
279 para florestas nacionais. Então, ela impõe para o SFB que o licenciamento diferenciado que implica em
280 construir um relatório ambiental preliminar e ter uma pré aprovação do Ibama, no caso. Isso agrega pelo menos
281 um ano a mais de processo interno, pois tem que contratar o estudo, passar esse estudo para o Ibama analisar.
282 Por isso o SFB está trabalhando hoje numa simplificação da legislação para permitir que a área não destinada
283 tenha o mesmo rito de análise do que uma área já destinada. Então, esses dois fatores juntos levaram a não
284 conseguir, durante estes 13 (treze) anos de SFB fazer uma concessão em áreas não destinada. Sendo essa a
285 razão dessa diminuição maior. Fala que hoje, de florestas nacionais sem planos de manejo, só existem áreas
286 significativas as que estão ao longo da BR230 (duzentos e trinta), foram criadas em 2016 e que não estão no
287 PAOF porque não tem previsão de elaboração do Plano de manejo. Outras duas questões são que a Floresta
288 Nacional do Jamanxim tem em torno de 700.000 (setecentos mil) hectares de floresta que ainda são passíveis
289 de entrar em concessão, lógico, com restrição de terem sido alvo de roubo de madeira, de ter corte seletivo e
290 esses 700.000 (setecentos mil) estão fora do conflito do limite da unidade. Diz que existe um projeto de lei que
291 pede a mudança do limite em 400.000 (quatrocentos mil) hectares, mas a floresta tem 1.200.000 (hum milhão
292 e duzentos mil), que são áreas permitidas para plano de manejo, só que existe uma questão política a ser
293 negociada, e que não adianta colocar esta área no PAOF, agora se não tem condição local de conduzir uma
294 negociação para colocá-la em concessão. O enfrentamento local contra a unidade de conservação um
295 enfrentamento de emparedamento de todas as ações de implementação da unidade. Então, inviabiliza o
296 conselho, depois inviabiliza o Plano de manejo e o SFB entendeu que não tinha condições para enfrentar o
297 problema desse tamanho nesse momento. Então, por isso ela não está no pacote.

298 **A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES** (Gerente-Executiva de Concessões Florestais/SFB) – Em relação a
299 estimativa, nós encaminhamos, porque ele é um dado que sai do SFB, mas também vem de todos os Estados.
300 Então, assim como o PAOF, a gente encaminhou à solicitação de informação e concedeu o prazo, de até 30
301 dias para receber as informações. Esses dados não voltam para consulta aqui na CGFLOP, eles são
302 incorporados numa versão que vai estar disponível com a versão final que vai consolidar também as
303 contribuições. O erro de 2.7 e 3.8 é uma questão de digitação que será corrigida, obrigada. E vale o valor

304 maior. Pergunta se há mais algum questionamento. Acrescenta que o lote da Flona Jamari não consta no PAOF
305 porque ele já está em processo licitação. No PAOF, estão as áreas que podem entrar em processo de licitação
306 de concessão. Então, por isso que ele não consta.

307 **O SR. PAULO HENRIQUE CARNEIRO** - (Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento/SFB) –
308 Informa que quarta-feira próxima será aberto o envelope de proposta de preços. Então, já passamos a fase de
309 habilitação e a fase de análise técnica, os recursos serão abertos agora, na semana próxima a análise da proposta
310 de preço, se der tudo certo conseguir finalizar esse processo de licitação que é bem demorado, começou em 10
311 de fevereiro.

312 **O SR. MARIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO** (CNI) – Diz que teve uma reunião do Comitê
313 orientador do fundo Amazônia, no final de 2017 (outubro de 2017), 23ª reunião em que foram apresentados
314 critérios para apoio às concessões florestais utilizando recursos do fundo Amazônia e foram muito bem
315 recebidos. Fala que a apresentação foi bem recebida pelo Comitê como um todo e foi tirado daquela reunião o
316 que iria dar continuidade aos estudos, quais seriam esses critérios, colocar na prática, como seria esse apoio do
317 fundo Amazônia. Pergunta se esse tema chegou a ser encaminhado. Porque no ano passado, foi turbulento no
318 Fundo Amazônia, e a CNI não acompanhar, mas se tem essa intenção de utilizar os recursos do fundo
319 Amazônia para a estruturação, inclusive, do processo de concessão florestal e já colocando o apoio da CNI a
320 esse processo e a utilização dos recursos para essa finalidade.

321 **O SR. VALDIR COLATTO** - (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Fala que o fundo
322 Amazônia está acompanhando a discussão nacional com o Ministério do Meio Ambiente. Na verdade, o que
323 realmente o SFB quer é participar e buscar recursos dentro do quadro, do teto de gastos, mas existe limitações
324 de recursos. Para ter uma ideia, qualquer recurso que venha para SFB, entra no orçamento. Então, existe um
325 teto que hoje está em 40 (quarenta) milhões, que se for cortado 16 (dezesesseis) milhões, ficará em 24 (vinte e
326 quatro) milhões, só de contingenciamentos, e nós estamos tentando verificar como fazer isso e se é possível
327 trazer para o orçamento do SFB recursos externos, tanto do Fundo Amazônia, como também de outras
328 entidades internacionais como KFW e outras fontes. Sendo que se trouxer qualquer recurso dessa área, hoje
329 tem que diminuir no orçamento do SFB. Então, hoje existem esses problemas, não é só do SFB, mas de todos
330 os Órgãos do Governo Federal que dispõem de limite de teto, inclusive emendas parlamentares. O SFB
331 conseguiu emendas parlamentares mas tem que diminuir do nosso orçamento o valor da emenda. Portanto este
332 é um impasse, que com o novo plano da Lei de Diretrizes Orçamentárias que está sendo estudado, para que se
333 permita que os recursos de fora da questão orçamentária, da questão fiscal, possam ser incluídos nos
334 orçamentos. Então, essa é a dificuldade do SFB, quando tem recursos de convênios internacionais. E o fundo
335 Amazônia está sendo tratado pelo Ministro do Meio Ambiente onde está vinculado, mas todos apresentam
336 interesse que possamos participar também.

337 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL** (FBOMS) – Só para ressaltar, ainda no PAOF na página 52

338 (cinquenta e dois), quando fala da manifestação do ICMBio, na versão que veio para os membros não consta a
339 questão das ACP's então, é importante essa anotação. Por fim, essa divulgação desse material que foi elaborado
340 pelo Imaflora, Organização à qual eu trabalho, em parceria com o SFB também é uma publicação bastante
341 importante para as concessões.

342 **A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES** (Gerente-Executiva de Concessões Florestais/SFB) – Informa que a
343 manifestação completa do ICMBio foi recebida ontem. Então, será incorporada na versão final.

344 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Sugere aos membros que
345 a reunião se estenda mais no período para manhã, para que se conclua a reunião até as 14:00 (quatorze) horas,
346 uma vez que a pauta seguinte são 15 (quinze) minutos cada informe: Balanço do SICAR; Concessões
347 Florestais; Sistema Nacional de Informação Florestal; Inventário Florestal; e apresentação sobre a concessão
348 florestal na Flona do Amapá. Todos os membros concordaram e a reunião segue sem intervalo.

349

350 **1º INFORME: Balanço do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR**

351

352 **A SRA. JAINE ARIELY CUBAS DAVET** (Diretora de Cadastro e Fomento Florestal – DCF/SFB) - Realiza
353 a apresentação do informe sobre o Balanços do Sicar.

354 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Agradece a apresentação
355 e passa para questionamentos.

356 **O SR. ANTONINHO ROVARIS** (CONTAG) – Diz que em primeiro lugar quer fazer um depoimento sobre
357 a questão do cadastro do sistema do CAR, de toda a questão a partir do código florestal, da grande discussão,
358 que saiu um código político, mas a grande questão que segundo o Sr. Colatto nos coloca de que ainda possui
359 um volume muito grande de CAR para ser realizados. Falou que grande parte dos Estados brasileiros, que
360 estava no Comitê Orientador do Fundo Amazônia - COFA, que não é mais do meio ambiente, mas da agrícola
361 e esteve no meio ambiente há quatro anos, no comitê. Como esteve no COFA e analisou vários projetos de
362 vários Estados com relação a questão da elaboração dos processos e dos projetos, sabe-se que as Secretarias
363 Estaduais de Meio Ambiente estavam, grande parte delas, praticamente desestruturadas quando o código
364 florestal foi aprovado. No entanto, a Bahia recebeu um recurso razoável do fundo da Amazônia e preocupa-se,
365 que na oportunidade, ocorreram várias conversas com os representantes do Estado e ao invés de fazer o
366 Cadastro Ambiental Rural - CAR simplificado, como o Brasil todo fazia, eles fizeram um verdadeiro cadastro,
367 digamos, de maior proporção. Diz que não sabe se isso que criou essa dificuldade, mas o que sabe-se é que
368 houve uma certa pressão por parte dos Estados com relação aos recursos do fundo da Amazônia e ao mesmo
369 tempo não sabe se está sendo feito da maneira como deveria ser, porque falamos aqui de uma coisa que é
370 obrigatória, auto declaratória por um lado, mas por outro lado tem que entender que a grande maioria,
371 especialmente quando se fala de Nordeste, a realidade da Região que precisaria ter um apoio mais concreto,

372 essa é uma questão. A segunda questão é a preocupação seguinte, de vez em quando aparecem na CONTAG
373 perguntas do tipo: "Bem, o Incra fez a delimitação dos perímetros e os bancos estão a exigindo os CAR dos
374 lotes. Tem prazo para isso? Como é que se faz isso? Como é que o governo federal está pensando em algo
375 dessa natureza? De socorrer essas pessoas? Não, isso é pelos Estados? Como é que fica?". A última questão é
376 sobre do Plano de Regularização Ambiental - PRA principalmente, pelo que ouviu o sistema ainda não está
377 pronto. Questiona se já está pronto. Pergunta em que estágio está os Estados estão em relação ao PRA, para
378 que se possa, efetivamente ter alguma ação com relação a questão da recuperação ambiental.

379 **A SRA. JAINE ARIELY CUBAS DAVET** (Diretora de Cadastro e Fomento Florestal – DCF/SFB) – Fala
380 que tiveram esse recurso e que inclusive 2 dias dessa semana, haverá o intercâmbio com os Estados que
381 receberam o recurso do Fundo Amazônia para entender como estão os andamentos dos projetos, em que fase
382 estão, se já terminaram, se estão registrando os imóveis ainda. Sobre a Bahia não tem essa informação ainda,
383 mas se vê o crescimento do cadastro depois do projeto do Fundo Amazônia, mas realmente o território deles é
384 muito grande. Sobre a questão nos assentamentos o prazo para individualização dos lotes é até o final de 2020.
385 O SFB realizou reuniões com Conselho Monetário para prorrogar o prazo, porque existia a exigência que os
386 lotes fossem individualizados, e este trabalho não foi finalizado pelo Incra. Alguns modelos de assentamentos
387 nem vão ter lotes individualizados. O SFB teve a reunião com eles e acertou-se o prazo até 2020 para que os
388 lotes sejam individualizados e para que seja exigido o recibo individual dos lotes. Então, hoje o assentamento
389 pode solicitar o crédito agrícola só com o perímetro declarado no CAR. Quase todos os assentamentos Federais
390 já estão inscritos no CAR.

391 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Diz que para completar
392 essa questão que o SFB está trabalhando muito forte, com muita dificuldade pela interpretação dos bancos e o
393 que que a lei diz? Diz que é obrigatória a adesão ao CAR. E o que que acontece? Fala que tem análise dentro
394 do CAR do imóvel que o classifica pendente, em andamento e etc. Então, quando tem algum problema que
395 coloca o cadastro como pendente, que pode ser o sombreamento da imagem, pode ser algum documento,
396 alguma coisa. Os bancos estão interpretando o cadastro do CAR do imóvel pendente com ilegal e estão
397 cortando o crédito. Então, o SFB está trabalhando para acertar o que que é pendente e o que não é dependente
398 da interpretação do CAR que realmente: "Você está próximo de uma área indígena, está pendente." Se você
399 estiver dentro da área indígena é uma coisa, agora se você estiver próximo é outra coisa. Então, nós estamos
400 fazendo assim uma limpeza dentro dos processos o que pode levar um cadastro a ser classificado como
401 pendente ou não. Quando se estiver dentro de um parque, de uma área indígena homologada, já definida, então,
402 realmente é um CAR que vai para o arquivo. Quando não tem a definição se é terra indígena ou parque, porque
403 tem muita gente, muita população dentro dessas áreas; Uma área que criada como unidade de conservação,
404 tem as populações tradicionais dentro, que não foram indenizadas e precisam continuar a vida. Então, temos
405 que continuar dando crédito para essas pessoas, está se trabalhando assim e o banco central entendeu, dentro

406 da questão, por exemplo, dos assentamentos. O assentamento está lá, não tem título definitivo, então, se permite
407 que você faça o perímetro, o Órgão que detém essa área faça pelo perímetro então, assentamento, unidade de
408 conservação, outras associações que são comunitárias possam fazer o perímetro e quem está dentro. Como por
409 exemplo o pessoal dos assentamentos dos irrigantes, do Nordeste, eles estão comunitários, a área não foi
410 individualizada. Então, está solicitando que essas áreas façam o perímetro e se registrem quem está dentro
411 dessa para tomar crédito. Então está encaminhado. E também, esse pessoal que não fez o cadastro por várias
412 razões, pedimos então, para que incluísse na Medida Provisória 867, que foi prorrogado o PRA, foi solicitado
413 que se prorrogue o CAR e foi aprovado na comissão especial que também seria prorrogado por mais um ano.
414 Isso vai fazer com que se avance no CAR e retire esse impedimento de safra para os agricultores então, no ano
415 que vem, essas coisas estarão resolvidas, inclusive com o sistema que está se implantando agora que após o
416 cadastro dos imóveis no CAR vem a análise do CAR, a validação. Então, dentro desse processo existe uma
417 proposta de automatização, uma orientação nacional para que depois os Estados façam a sua análise e seu PRA
418 então, sendo a ideia que se faça uma diretriz nacional automatizada e aquele que não obtiver passivo na
419 propriedade, ele automaticamente já está certificando essa propriedade, que nós calculamos que 85% das
420 propriedades estão nessa condição. E o que não estiver, vai ser levado para o PRA que é o Programa de
421 Regularização Ambiental e que vai ter todas as condicionantes e os Estados vão exigir os elementos que eles
422 entenderem. Tem Estados que só irão olhar a questão da Área de Proteção Permanente - APP e reserva legal,
423 outros querem mapa do solo, outras solicitam a tipologia vegetal então, cada Estado vai se encaixar dentro da
424 proposta maior que está se fazendo. Os elementos que entenderem que é importante e quem tiver as imagens
425 mais atualizadas de satélite, vai colocar o que entender melhor para se poder avançar, mas a única maneira de
426 poder fazer essa análise é automatizando, que às vezes também conseguem fazer o PRA para depois chegar no
427 CAR que é a Cota de Reserva Ambiental que é passar para o agricultor as vantagens que ele vai ter por fazer
428 todo esse processo de CAR, fazer a recuperação da APP, ter reserva legal, que é o serviço ambiental que se
429 quer implantar, se vai ter ganhos por isso e a própria lei já determina ter diferença de juros, não pagar ITR,
430 para até imposto de renda para fazer APP. Enfim, o SFB está se preparando para que se torne essa commodity,
431 que o CRA é uma cota que se possa entrar na bolsa de valores ou fazer trabalho individual, quem tem falta de
432 reserva legal empresta ou compra essa floresta e quem tem de sobra paga. Fala que o SFB entende que o
433 pequeno produtor, qualquer área que ele tenha de reservas pode receber, fazer a cota de reserva ambiental, para
434 receber para manter aquela floresta. Ter uma renda para manter essa floresta, muitos dizem: "Não, o pequeno
435 produtor não pode, porque ele não vai somar transferência para outra área da floresta, não vai ampliar a
436 floresta", mas aí você vai deixar fora 85% (oitenta e cinco por cento) das propriedades que têm algum benefício
437 de preservar a reserva legal e receber algum recurso por isso e algum benefício. Por isso a preocupação de
438 conciliar a questão ambiental com a questão econômica. Tem uma outra questão que nos preocupa muito que
439 é a questão do desmatamento feito após 22 de julho de 2008, onde foi determinado por Lei para se consolidar

440 as áreas, por isso está se levantando aqui quanto de desmatamento ocorreu de 2008 a 2019. Quanta área tem
441 nesse processo que seria embargada, em princípio o Ibama está verificando isso, com restrição de plantio, de
442 produção, qual é o impacto que poderá dar nesse processo, uma vez que foi colocado em 2008, porque o
443 Decreto dos crimes ambientais começou nessa data, de punição no caso, mas a lei foi aprovada em 2012. Então,
444 nós buscamos quatro anos antes da Lei punindo as pessoas que fizeram desmate naquela época, um impasse
445 que tem que se resolver, tem que buscar solução para isso, porque vai ser um choque dependendo da quantidade
446 de área, você impedir a produção. E tem que ver as consequências disso pois é uma das preocupações que está
447 acontecendo no Brasil inteiro com relação ao desmatamento, que o SFB ainda não tem bem os números mas
448 está se levantando pelo cadastro.

449 **A SRA. JAINE ARIELY CUBAS DAVET** (Diretora de Cadastro e Fomento Florestal – DCF/SFB) – Fala
450 que o Serviço Florestal disponibilizou para os Estados o programa de regularização ambiental que é um módulo
451 onde o proprietário vai poder fazer suas propostas de regularização ambiental e os Estados vão poder analisar
452 essas propostas também depois. Então, hoje tem alguns Estados que já estão utilizando, e os que já estão
453 analisando os cadastros conseqüentemente já estão analisando o Sistema Federal do PRA, ou eles também
454 customizaram ou fizeram melhorias no sistema e alguns Estados que têm sistema próprio como Amazônia,
455 Acre, Rondônia, Roraima, que já estão fazendo essa implantação dos PRAs. Fala que os demais Estados ainda
456 estão fazendo as análises então, que é isso que o SFB está preocupado em ajudar nessa análise e também
457 melhorar um pouco o programa de regularização ambiental para que fique mais acessível para o proprietário
458 para que ele consiga fazer as propostas.

459 **O SR. BRUNO MACHADO TELES (EMBRAPA)** – Fala que recentemente esteve no Mato Grosso na
460 região do Parque Nacional do Rio Grande principalmente na cidade de Apiacá e Paranaíta e havia uma
461 inquietude muito grande dos produtores em relação ao CAR do Mato Grosso, porque estavam entendendo que
462 tinham que fazer o CAR novamente por conta da não migração para o CAR Federal. Pergunta se isso é uma
463 questão de TI ou se os produtores terão que realizar um novo cadastro.

464 **A SRA. JAINE ARIELY CUBAS DAVET** (Diretora de Cadastro e Fomento Florestal – DCF/SFB) - Então,
465 a questão do Mato Grosso é por que utilizavam o sistema federal até 2017 e em 2017 eles migraram para o
466 sistema próprio deles. Então, essa retificação que a gente chama, são que os proprietários tiveram que fazer,
467 inserir novas informações no cadastro que estava realizado, ou fazer essa correção que os proprietários tinham
468 que fazer no cadastro deles, não era se inscrever novamente, era só adicionar algumas informações. Outro
469 problema que estava tendo com o Mato Grosso era que o Sistema Federal estava relacionada a integração de
470 Sistema. Está questão já foi solucionada pelo SFB, que foi até Cuiabá, identificou alguns erros de integração e
471 já conseguiu solucionar todas as interações, a migração dos cadastros. A situação hoje, é que o SFB tem na
472 base, no mínimo 200 (duzentos) cadastros que ainda faltam integrar com o Federal. Isso é mínimo pois tinha
473 um número muito maior depois que conseguiu resolver esse problema da integração.

474 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Agradece e passa para o
475 próximo informe.

476 **2º INFORME: Concessões Florestais**

477 **O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES** (Gerente-Executivo de Monitoramento e Auditoria Florestal -
478 GEMAF/SFB) - Realiza a apresentação do informe sobre Concessões Florestais.

479 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Agradece a apresentação
480 e passa para questionamentos.

481 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL** (FBOMS) – Diz que recentemente estava conversando com um
482 concessionário e o mesmo falou a respeito da auditoria de certificação florestal poder servir como auditoria
483 florestal independente para as concessões, como que está isso, do ponto de vista mais prático dentro do Serviço
484 Florestal Brasileiro.

485 **O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES** (Gerente-Executivo de Monitoramento e Auditoria Florestal/SFB) –
486 Fala que essa é uma questão que foi regulamentada na Resolução nº 05 de 2018, em alguns contratos, contratos
487 mais antigos, previa-se que a apresentação do certificado da certificação florestal seguindo um padrão qualquer
488 de certificação poderia ser considerado como cumprimento à auditoria florestal independente. Porém, quando
489 se analisa a Lei e o Decreto, existem elementos no processo de auditoria florestal que extrapolam os escopos
490 de certificação. Então, o que regulamentamos nessa Resolução foi de que precisamos receber além dos
491 certificados para aqueles contratos que estão, florestas que estão certificadas, que precisa receber um relatório
492 específico de certificação, inclusive seguindo os requisitos os requisitos de conformidade publicados pelo
493 Inmetro, esses relatórios, em algumas questões vão extrapolar o escopo de certificação. Existe uma
494 sobreposição e uma coincidência na maioria dos itens verificados, isso pode variar eventualmente de contrato
495 para contrato, principalmente em relação a alguns indicadores que são específicos da concessão florestal que
496 não são objetos de verificação numa auditoria florestal em áreas privadas, por exemplo. Então, o SFB
497 disciplinou isso de forma que vai passar a receber esses relatórios a cada três anos. Uma coisa importante a se
498 salientar é que nada impede que um esforço de auditoria, de certificação possa ser utilizado também para o
499 esforço para a coleta de todas as evidências de atendimento da auditoria florestal independente.

500 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Agradece e passa para o
501 próximo informe.

502

503 **3º INFORME: Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF**

504 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS** (Diretor de Pesquisa e Informação Florestal - DPI/SFB) - Realiza
505 a apresentação do informe sobre o Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF.

506 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Agradece a apresentação
507 e passa para questionamentos.

508 **O SR. LEONARDO MARTINS SOBRAL** (FBOMS) – Ressalta a importância desse tipo de estatística
509 demonstrado na apresentação e que entende que todo setor, todos que trabalham nesse setor de alguma forma,
510 precisam desse tipo de informação. Questiona qual é a base de dados utilizada pela SFB para elaborar os
511 relatórios? Diz que no site tem as informações do DOF, e também de extração florestal, e não conseguiu chegar
512 na informação exata sobre a produção da Amazônia, mas gostaria de entender qual é a base de dados.

513 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS** (Diretor de Pesquisa e Informação Florestal - DPI/SFB) – Fala
514 que sempre a base oficial. Então, se não existe informação lá sobre o DOF, essa informação vem através do
515 Ibama.

516 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Reforça a importância
517 da colocação do Sr. Joberto Veloso de Freitas, que possuímos uma série de dados de florestas, do Instituto
518 Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Os
519 dados do SFB consideram as diretrizes da Organização das Nações Unidas – ONU, como foi apresentado para
520 ser considerada floresta tem que ter área medindo mais de 0,5 hectare, com árvores maiores que 5 metros de
521 altura e cobertura de copa superior a 10. Então, é isso que as pessoas às vezes confundem: "Não, temos 66%
522 (sessenta e seis) de florestas no Brasil." São na verdade, plantas nativas, que seriam aí compostos por cerrado,
523 por campos gerais, pampa, pantanal, mas aqui se faz, então, todo esse mix de avaliação, dentro de um padrão,
524 por isso dá uma diferença nos índices que estão sendo divulgados, mas que pautamos as nossas informações
525 que são realmente aquelas que são levantadas com o inventário das florestas no Brasil.

526 **4º INFORME: Inventário Florestal Nacional - IFN**

527 **A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA** (Gerente-Executiva de Informação Florestal/SFB) - Realiza a
528 apresentação do informe sobre o Inventário Florestal Nacional - IFN.

529 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Agradece a apresentação
530 e passa para apresentação de vídeo.

531 **O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS** (Diretor de Pesquisa e Informação Florestal - DPI/SFB) – Faz a
532 divulgação do XXV Congresso Mundial da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal –
533 IUFRO, que ocorrerá de 29/09 a 05/10/2019 na cidade de Curitiba/PR – mostra vídeo de divulgação.

534 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Agradece a apresentação
535 e reforça o convite para participarem da IUFRO, que é um Congresso muito importante para o Brasil, onde
536 mais de 100 países estarão presentes, mostrando a floresta e tentando mudar a visão que os Países de fora
537 possuem. Passa para o próximo tema de pauta.

538 **2º TEMA DE PAUTA – Apresentação da proposta do Edital de Concessão da Florestal da Flona do** 539 **Amapá.**

540 **O SR. PAULO HENRIQUE CARNEIRO** - (Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento/SFB) – realiza
541 a apresentação da proposta do Edital de Concessão da Florestal da Flona do Amapá.

542 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Agradece a apresentação e
543 passa para os questionamentos.

544 **A SRA. MARIA JOCICLEIDE LIMA DE AGUIAR** (FBOMS) – Cumprimenta a todos e diz que ficou
545 curiosa na questão dos empregos diretos que tem na apresentação. São 528.000 (quinhentos e vinte e oito) mil
546 empregos diretos, quais foram os mecanismos e os instrumentos que foram utilizados para chegar a esse valor.

547 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Pede desculpas, mas
548 informa que foi erro de digitação.

549 **A SRA. MARIA JOCICLEIDE LIMA DE AGUIAR** (FBOMS) –Fala que os membros da FBOM’s vieram
550 bem alinhados nas proposições. Então foi manifestado muito bem o nosso pensamento em relação à questão
551 florestal. Então assim, tem uma preocupação sobre a continuidade principalmente devido a questão desses
552 sinais que estão vindo em relação à questão do meio ambiente e não quer que nenhuma construção que foi feita
553 de forma positiva e participativa, se acabe, e o Serviço Florestal Brasileiro foi uma conquista das várias
554 conferências que teve de um debate participativo com a sociedade, uma construção coletiva de todos.
555 Parabenizar pelo Serviço Florestal Brasileiro ainda continuar fazendo esse trabalho e reforçar o que já foi
556 falado pelos colegas, que é fortalecer ainda mais a política e não esquecer como que vamos fortalecer a questão
557 do manejo comunitário.

558 **O SR. VALDIR COLATTO** (Vice-Presidente da Comissão - Diretor-Geral/SFB) – Agradece a cada membro
559 presente. Propõe que a próxima reunião da CGFLOP seja dia 19 de novembro, pois devem existir duas reuniões
560 regimentais por ano. Caso haja alguma modificação o SFB avisará, tendo em vista que o SFB está na fase de
561 transição do Ministério do Meio Ambiente para Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a
562 Comissão ainda está oficialmente no Ministério do Meio Ambiente. Ressalta que a reunião foi produtiva. Diz
563 que o Serviço Florestal Brasileiro têm muito trabalho realizado e pouca divulgação, mas que será feita uma
564 divulgação não só para o Serviço Florestal Brasileiro, mas para o Brasil mostrando a sua potencialidade, a
565 floresta, atividades, buscando novos projetos, extrair do cadastro ambiental rural novos projetos para
566 implementar, trabalhar bastante também na floresta plantada que é uma prerrogativa do Ministério da
567 Agricultura. Informa que o SFB tem dois projetos grandes que são os pagamentos pelos serviços florestais
568 incluído, inclusive, o pagamento de serviço ambiental combinado com o Ministério do Meio Ambiente, para
569 ver como valorar as ações ambientais. Então o SFB está preparando um projeto para a agricultura que vai
570 envolver a questão da floresta verde, moeda verde e também remunerar aqueles que preservam o meio ambiente
571 com as florestas, com área de reserva legal, com a APP e o SFB está trabalhando nesse sentido recebendo
572 sugestões e todos que possuírem condições de ajudar, podem o fazer, pois o SFB está trabalhando muito para
573 implantar o corte florestal brasileiro definitivamente, com alguns problemas e algumas questões que tem que
574 avançar, mas com certeza implantar o Código Florestal Brasileiro, não apenas levando a obrigação para aqueles
575 que vão fazer a implantação do corte mas também bônus pelo trabalho inclusive, usando o que a lei determina,

576 trazendo benefícios aqueles que preservam para que possam ter nas suas ações do dia-a-dia clareza e também
577 resolver as questões legais com o tempo da transição. Pergunta se há mais algum questionamento. Como não
578 houve, agradece a todos os membros presentes e encerra essa reunião ressaltando que para fins de registro os
579 Membros da CGFLOP se reuniram na data de hoje cumprindo o previsto no artigo nº 10 da Lei de Gestão de
580 Florestas Públicas e especialmente do seu § 1º, fazendo a prestação do PAOF 2020, que vai ser colocado em
581 regime de consulta.